



Faculdade Presbiteriana
Mackenzie Rio

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Pós Graduação em prática de departamento Fiscal e
Administração tributária**



**Projeto Pedagógico do Curso
Pós-Graduação em Departamento Fiscal**

I. JUSTIFICATIVA

Esta Pós-Graduação foi elaborada em decorrência da evidente necessidade que as empresas no País possuem de estruturar e ter sua estratégia tributária adequada ao cumprimento de toda estrutura impositiva brasileira, como também, devido a elevada, complexa e trabalhosa carga tributária e a permanente atuação da fiscalização federal, estadual e municipal. Em complemento, consideramos o complexo e burocrático cenário fiscal brasileiro que possui uma das maiores cargas tributária do mundo e a maior legislação e cumprimento de obrigações acessória em vigor atualmente. Esse cenário obriga as empresas a possuírem profissionais gabaritados com competência a trabalharem com a organização e controle desse complexo sistema tributário. Sendo assim, a capacitação profissional na área fiscal é fundamental e indiscutível. Nesse setor, o profissional deve agregar o conhecimento teórico, bem como possuir a capacidade de aplicar e entender os conceitos e as melhores práticas do Departamento Fiscal. É justamente nesse ponto que essa Pós Graduação se concentra, objetivamos capacitar o participante a desenvolver sistemas de controle, buscar e trabalhar com informações adequadas ao Planejamento Tributário, calcular corretamente os tributos e cumprir adequadamente as obrigações acessórias, evitando portanto multas e penalidades, objetivando paralelamente a redução do desembolso financeiro com tributos e o aumento da competitividade da empresa.

II. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

No âmbito da tradição calvinista, o projeto educacional que deu início ao Instituto Presbiteriano Mackenzie, mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e presentemente da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, tem sua origem no ano de 1870, a partir da obra de um casal de missionários presbiterianos norte-americanos, Rev. George Whitehill Chamberlain e sua esposa Mary Ann Annesley Chamberlain, em São Paulo, SP.

Na primavera de 1870, utilizando sua própria residência como sala de aula, Mary Chamberlain recebeu três crianças para a escola que se iniciava. Desde o ponto de partida, impôs-se o princípio que permanece até os dias de hoje, 144 anos passados, de não fazer distinção de sexo, credo ou etnia, acolhendo crianças que a escola da época não acolhia. No segundo ano, em 1871, foi fundada a Escola Americana, embrião do Colégio Presbiteriano Mackenzie, que passou a funcionar em um local mais espaçoso, acolhendo então 44 alunos.



Se numericamente a escola era inexpressiva, a proposta pedagógica se apresentava ambiciosa e pioneira, para não dizer francamente revolucionária para os padrões da época. Seu modelo baseava-se no sistema escolar americano: as classes eram mistas, praticava-se ginástica, aboliram-se as repetições cantadas e os castigos físicos (a famosa palmatória), introduziu-se a experimentação. Grande ousadia foi enfatizar a liberdade religiosa, racial e política, numa época em que as escolas eram reservadas à elite monarquista e escravagista. A escola foi pioneira em receber filhos de abolicionistas, republicanos, protestantes e judeus.

Em 1885, o médico e educador norte-americano Horace M. Lane recebeu a Escola Americana das mãos do Reverendo George Chamberlain, passando a conduzir por quase três décadas os destinos da crescente instituição educacional presbiteriana. Datam dessa época a Escola Normal, o Protestant College (denominado Mackenzie College a partir de 1895), o Curso Superior de Comércio (1886), embrião dos posteriores cursos nas áreas de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, o Curso Superior de Preparatórios e a Escola de Engenharia Mackenzie College – mais antigo estabelecimento de ensino de engenharia do país, no segmento privado e confessional. A inserção do nome “Mackenzie” nesse contexto expressa a homenagem prestada ao advogado e filantropo, John Theron Mackenzie, cujo legado financeiro permitiu a construção da Escola de Engenharia.

Em 1876, foi criado o Curso Superior de Filosofia, funcionando junto à Escola Americana com a finalidade principal de preparar professores. Poucos anos depois, em 1879, foi comprada uma área no bairro de Higienópolis, São Paulo, onde se encontram sediados, hoje, tanto o Colégio quanto a Universidade.

Marco do pioneirismo que sempre permeou a instituição, a criação da primeira experiência oficial de cotitulação internacional, tendo a University of the State of New York como entidade associada (1893). Outros marcos: O primeiro curso de Química Industrial de São Paulo (1911); o mais antigo curso de engenharia Química do país (1922); introdução do Sistema Decimal Dewey de catalogação de bibliotecas no Brasil (1926); primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil (1930); primeira Faculdade de Arquitetura do estado de São Paulo (1947); exigência de Projetos-Tese para os concluintes dos cursos superiores, antecipando-se ao requisito das monografias de conclusão de curso hoje implantado pelo Ministério da Educação; criação de uma rede de cursos de alfabetização de adultos, antecipando-se ao MOBREAL.

Em 1927, graduaram-se as primeiras mulheres pelo Mackenzie College. Foram três no Curso de Química Industrial. Quase imediatamente após, em 1929, graduou-se a primeira Engenheira Arquiteta.

O Mackenzie acompanhava o desenvolvimento do país republicano no campo da educação; e para o Mackenzie também se havia voltado o olhar de inúmeros educadores "escola novistas" que, à época, levantavam a bandeira do ensino técnico-profissionalizante como um imperativo necessário à reconstrução

educacional do país. Em 1932 começavam as aulas do Curso Técnico Mackenzie, destinado às áreas de Química Industrial, Mecânica e Eletricidade.

Em 1940, por exigência do Estado Novo, o Mackenzie College passou a ser denominado Instituto Mackenzie. Eram suas unidades a Escola Americana, o Colégio Mackenzie, a Escola Técnica e a Escola de Engenharia. Na linha histórica temos: Mackenzie College (1892–1940), seguida do Instituto Mackenzie (1940-1997), depois Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM), entidade mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

Em 1947, o curso de Arquitetura, então vinculado à Escola de Engenharia, deu origem à Faculdade de Arquitetura, a primeira no Brasil, com essa designação. No mesmo ano, foi instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que mais tarde (1980) se desdobraria em Faculdade de Letras e Educação, e Faculdade de Ciências Exatas e Experimentais.

No ano de 1950, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas, que veio a dar origem ao atual Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Destaca-se que, em 1952, a Universidade Mackenzie foi reconhecida pelo Decreto nº 30.511, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação, Dr. Ernesto Simões da Silva Filho, sendo solenemente instalada em 16 de abril daquele ano. Na sua origem, a nova universidade – terceira no estado de São Paulo – foi constituída das seguintes unidades acadêmicas: Escola de Engenharia, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas.

A criação da Faculdade de Direito deu-se em 1953. No ano de 1965, a Universidade Mackenzie tornou-se mais uma vez pioneira nas suas iniciativas, ao escolher como Reitora a Professora Esther de Figueiredo Ferraz, primeira mulher no hemisfério sul a ocupar esse cargo. Foi ela, também, anos mais tarde, a primeira mulher no Brasil a se tornar Ministro de Estado da Educação.

Anos mais tarde, em 1970, foram instaladas a Faculdade de Comunicação e Artes e a Faculdade de Tecnologia, esta última tendo atualmente a denominação de Faculdade de Computação e Informática. Em 1998, constituiu-se a Faculdade de Psicologia e, nos dois anos seguintes, surgiram a Faculdade de Teologia e a Faculdade de Educação Física, esta última localizada no então Campus Tamboré (atual Campus Alphaville).

Em 1999, a Universidade Mackenzie passou a ser denominada Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM, reafirmando, assim, sua identidade confessional.

O Mackenzie é uma comunidade fortemente integrada, e atribui-se a isso a identidade de propósitos entre a comunidade de mestres e alunos e, acima de tudo, uma tradição cultural afetiva compartilhada na instituição, batizada de *espírito mackenzista*.

Com essa característica empreendedora e pioneira, o Instituto Presbiteriano Mackenzie decidiu estender sua atuação e ampliá-la. A cidade do Rio de Janeiro



foi a sede pioneira da Igreja Presbiteriana do Brasil, associada vitalícia do IPM. Em 12.08.69 chegava ao Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro, o primeiro Missionário Presbiteriano, Rev. Ashbell Green Simonton. Daí a escolha, dentro do planejamento estratégico do Instituto, de ampliar para a capital do Rio de Janeiro a proposta educacional Mackenzista.

Atualmente, a instituição “Mackenzie” é um dos maiores complexos educacionais no contexto da América Latina, atuando nas mais diversas áreas do conhecimento humano, que vão da Educação Básica ao Ensino Superior, compreendendo neste segmento três dezenas de cursos de Graduação, quase 20 cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, além de seis dezenas de cursos *Lato Sensu* e amplo portfólio de atividades de Extensão.

Esse histórico de inúmeras realizações na área da educação projeta um desenvolvimento da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio– FPMRIO, nascida com o objetivo de construir no Rio de Janeiro a excelência acadêmica já alcançada em São Paulo.

No Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Contabilidade – IBC, anterior mantenedor da Faculdade Moraes Júnior, embrião da FPMRIO, foi inaugurado em 20.09.16, com sede provisória na Associação dos Empregados do Comércio, à Rua Gonçalves Dias, 42, 2º andar, a fim de congregar guarda-livros e contabilistas, elevando-lhes o nível cultural e aprimorando o exercício profissional.

Era imprescindível, já na década de 20, o preparo profissional acadêmico para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos, motivando, assim, o IBC, a acabar com o empirismo na atividade contábil. Fundou, então, em 1926, a Escola Técnico-Comercial, oficialmente reconhecida pela Portaria de 14.10.30, do Ministério de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1932, passou a funcionar no sobrado do prédio da Rua da Carioca, 52, com os cursos Propedêuticos, Técnico de Guarda-Livros e Perito Contador.

Em 16.10.34, foi criado o Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro, que passou a ser a entidade mantenedora da Escola Técnica Comercial. Esta procurou adequar-se à reforma do ensino de 1961, passando a denominar-se, em 1963, Colégio Comercial do Instituto Brasileiro de Contabilidade, IBC, atualmente sem atividades didático-pedagógicas.

João Ferreira de Moraes Júnior, um dos fundadores do IBC, almejava a articulação sequencial do curso técnico de contabilidade de nível médio com o curso de grau superior, porém, não logrou êxito. A criação da Faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais prevista no Estatuto do Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro continuava no papel até 25 de abril 1964, quando, precisamente no Dia do Contabilista, o Docente Píndaro José Alves Machado Sobrinho, imbuído do mesmo ideal e tenacidade de Moraes Júnior, realizou o sonho dos contabilistas, inaugurando e instalando a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas do IBC, tendo passado depois, em lugar de IBC, a ostentar o nome do líder dos contabilistas - Moraes Júnior, em



homenagem aos seus feitos em prol dos contabilistas decorrentes das suas campanhas, entre eles o reconhecimento e a regulamentação da profissão, do ensino médio e superior de Contabilidade, a normalização da fiscalização do exercício profissional, o projeto da criação do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (Lei nº 9.295 de 27.04.46).

A Instituição de Ensino Superior, mantida pelo IBC, iniciou sua atividade com a denominação de Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, no dia 25.04.64, ex vi do Parecer nº 82, de 11.04.64, aprovado pelo plenário do Conselho Federal de Educação, divulgado na Revista Documenta nº 25, às páginas 9 e 11, com o Curso Superior de Ciências Contábeis, e teve confirmada a autorização pelo Decreto Federal nº 55.909, de 09.09.65.

O funcionamento do curso de graduação em Administração começou em 1968, tendo o Parecer de nº 07/1968, de 30.01.68, sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e divulgado pela Revista Documenta nº 80, página 42, em decorrência da regulamentação da profissão de Técnico em Administração, pela Lei nº 4769, de 9 de setembro de 1965. Destaque-se que a IES foi primeira instituição privada de ensino superior a implantar esse curso logo após a sua regulamentação e fixação da respectiva matriz curricular pelo Conselho Federal de Educação.

Em função do pleno e regular funcionamento dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e em Administração, comprovado pelos termos de visita de avaliação in loco dos técnicos em assuntos educacionais da Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura – MEC do Rio de Janeiro, esses cursos superiores foram reconhecidos pelo Decreto nº 66.406, de 02.04.70, publicado no Diário Oficial de 03.04.70, fl.1.

Os Cursos de Direito e Ciências Econômicas foram autorizados por Decretos assinados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Itamar Franco, em 22.12.92, publicados no Diário Oficial de 23.12.92, ex vi dos despachos nº 601/90 e 799/90 do Ministro da Educação, Prof. Murílio de Avellar Hingel, Diário Oficial de 12.02.90, considerados os Pareceres 661/92 e 3/92, aprovados, respectivamente, em 21.12.92 e 02.12.92, pelo Conselho Federal de Educação, Documenta 355 e 384.

Desde cedo o IBC firmou convênios com o Centro de Integração Empresa – Escola – CIEE e com grande número de conceituadas organizações privadas e públicas, para realização de estágio supervisionado.

A IES passou a denominar-se Faculdade Moraes Junior por competente autorização mediante Portaria MEC nº 1888, de 30.12.94, Diário Oficial de 04.01.95.

A sede da Faculdade ocupa posição peculiar, na parte central da maior área de comércio popular do Brasil e uma das maiores do mundo, a chamada SAARA (nome derivado da sigla da Sociedade dos Amigos da Rua da Alfândega e Adjacências, criada em 1962). O prédio localiza-se próximo à Rede Ferroviária,

ao principal eixo de comunicação com as zonas Norte e Sul, as Avenidas Presidente Vargas, Passos e Rio Branco, além das linhas 1 e 2 do Metrô.

Tal região, que o planejamento municipal denomina Centro Histórico, é bem maior do que o bairro do mesmo nome, abrangendo quatorze bairros, interligados por espessa malha de ruas, túneis e avenidas.

Em agosto de 2005, objetivando promover as ações acadêmicas da Faculdade Moraes Júnior, o IBC, associou-se ao IPM, fazendo nascer a Faculdade Moraes Júnior Mackenzie Rio, atual FPMRIO. A partir de 2008, substituiu-se a mantenedora original, o IBC (que recebera a manutenção após a criação da Faculdade, pelo Sindicato dos Contabilistas, em 1964), pelo igualmente tradicional IPM, preservando-se a estrutura administrativa e implementando-se investimentos na recuperação da estrutura física. A mudança da manutenção trouxe vários benefícios, como, dentre outros, melhorias na infraestrutura e na qualificação do corpo docente, com implantação de Núcleos Docentes Estruturantes em todos os cursos, maior número de docentes em tempos parcial e integral e abertura de novos grupos de pesquisas.

Com a nova situação, passos importantes vêm sendo paulatinamente tomados. Este novo momento já tem sido marcado por investimentos realizados na mantida em diversos aspectos institucionais. As diretrizes harmonizam-se inteiramente com os eixos norteadores do “Planejamento Estratégico 2012-2020” definido pelo Conselho Deliberativo do IPM para o mesmo horizonte temporal, evidenciando uma mobilização sinérgica de toda a Instituição em busca da consolidação dos padrões de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Sempre preocupada com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a Faculdade adota políticas institucionais que estabelecem uma série de diretrizes que nortearão a atuação de todos os segmentos e instâncias da FPMRIO nos próximos anos. As ações devem atender a um perfil de formação holística de concepção dos fenômenos naturais, do meio ambiente e da sociedade, contudo, sem abandonar demandas mais específicas da sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em novembro de 2014, a Congregação dos Docentes em assembleia histórica, e em votação unânime, elaborou um novo Regimento Geral, alterando o nome da IES, para FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE RIO, igualmente aprovada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie e homologada pelo Ministério da Educação, através da Portaria nº 1077 de 23.12.15.

A partir deste novo horizonte, está posta a proposição da FPMRIO de pertencer a um projeto de uma comunidade acadêmica fortemente integrada, dedicada a promoção da cidadania e à formação plena dos educandos, pautando-se nos espírito e propósito da tradição cristã reformada calvinista.

A concepção dos cursos de Pós-graduação respaldou-se no histórico da instituição, respeitando sua missão, visão e objetivos.



III. MISSÃO E VISÃO INSTITUCIONAL

Missão significa o direcionamento para a atuação da Instituição no âmbito da sociedade em que está inserida. A Missão institucional encontra-se assim definida: *“Educar o ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício pleno da cidadania, em ambiente de fé cristã reformada”*. A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio tem relevante papel no atendimento a essa missão por intermédio dos conteúdos, recursos e metodologias próprios nas suas várias áreas acadêmicas.

A Visão da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio permeia todos os planos de ação e o desenvolvimento de sua prática cotidiana. Dessa forma, a Visão de *“Ser reconhecida pela sociedade como instituição confessional presbiteriana e filantrópica, que se dedica às ciências divinas e humanas, comprometida com a responsabilidade socioambiental, em busca de contínua excelência acadêmica e de gestão”*, organiza a composição e o desenvolvimento do currículo de maneira que possa ser refletida em todos os aspectos.

O currículo e as políticas e estratégias de ação, dirigidos por esta visão e aplicados no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Gestão Financeira e Auditoria, têm como fim maior favorecer o reconhecimento efetivo, pelos alunos e pela comunidade, de uma instituição que prima pela excelência, considerando seu papel na sociedade, sua relação com os outros e com Deus.

IV. PRINCÍPIOS E VALORES

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio tem por finalidade desenvolver as funções de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento humano, atendendo às diretrizes curriculares do Ministério da Educação e às demandas da sociedade na qual se insere, praticando e expressando os valores descritos a seguir:

- Na conduta pessoal: dignidade, caráter, integridade e espírito mackenzista;
- No exercício da atividade profissional: ética, competência, criatividade, disciplina, dedicação e disposição para o trabalho voluntário;
- No relacionamento interpessoal: lealdade, respeito mútuo, compreensão, honestidade e humildade;
- No processo de decisão: busca de consenso, de justiça, de verdade, de igualdade de oportunidade para todos;
- No relacionamento entre órgãos colegiados, coordenadorias e departamentos: cooperação, espírito de equipe, profissionalismo e comunicação adequada;
- No relacionamento com outras instituições: responsabilidade, independência e transparência;
- Na sociedade: participação e prestação de serviços à comunidade;



- E, em todas as circunstâncias, agir com amor, que é o vínculo da perfeição.
- A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, no âmbito de seu Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Gestão Financeira e Auditoria, concretiza e consolida esses valores por meio de uma prática pedagógica que:
- Tem como característica essencial a aquisição, por seus alunos, de um Código de Ética baseado nos ditames da consciência e do bem, que reflitam os valores morais exarados nas Escrituras Sagradas, voltados para um desempenho crítico e eficaz da cidadania;
 - Forma cidadãos responsáveis, capazes de exercer a liderança de grupos sociais em que venham a atuar, buscando soluções éticas, criativas e democráticas, capazes de superar os problemas com os quais venham a se defrontar;
 - Forma profissional com inteligência autônoma, que se utilize de um diálogo crítico com a realidade social, culminando com a prática do “aprender a pensar” voltada à ação concreta e empreendedora;
 - Ensina criticamente a seus alunos, de forma contínua, o conhecimento atualizado das diversas áreas do saber;
 - Orienta as ações sociais, buscando a consciência crítica e a participação dos diferentes grupos, rumo ao desenvolvimento humano.

V. OBJETIVOS DO CURSO

OBJETIVO GERAL:

O curso objetiva capacitar os participantes a entenderem conceitos e melhores práticas tributárias e fiscais a ponto de aplicá-las nos Departamentos Fiscais. O corpo Docente é composto principalmente por professores com formação contábil e do direito que atuam profissionalmente com a disciplina a ser ministrada buscando na prática a técnica fiscal. Ao término do Curso, o aluno estará capacitado ao desenvolvimento de sistemas de controle, a correta obtenção e gerenciamento da informação tributária visando a atuação em departamento fiscal, bem como, na elaboração do Planejamento Tributário, objetivando a organização, controle e prática dos tributos e das obrigações acessórias, bem como a efetuar os corretos cruzamentos tributários.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Estimular o desenvolvimento de habilidades e competências, tais como:

- Entender os princípios do setor tributário;
- Compreender as relações internas das empresas na geração das informações fiscais e o cumprimento das obrigações acessórias;
- Compreender o processo de apuração dos tributos, bem como a gestão estratégica tributária;

- Avaliar do ponto de vista das possibilidades técnicas a tomada de decisão sobre as opções e regimes tributários;
- Compreender as redações contratuais e dos documentos visando a aplicação correta da legislação;
- Interpretar e analisar a legislação e formular planejamentos tributários, de forma estritamente legal;
- Compreender o planejamento estratégico tributário e a demanda por registros fidedignos que comprovem o propósito negocial;
- Compreender a ligação da informação tributária com a demanda das obrigações acessórias;
- Avaliar os modelos estratégicos tributários;
- Estar apto a apuração dos tributos;
- Saber elaborar as obrigações acessórias e o cruzamento entre elas.

VI. PÚBLICO-ALVO

Portadores de diploma de nível superior, reconhecido pelo MEC, que atuem ou pretendam atuar em departamentos fiscais e em função disso, necessitem de conhecimentos específicos e atualizados para melhorar sua capacitação, ou que busquem se habilitar a novas necessidades de mercado quanto ao serviço e qualidade tributária e fiscal.

VII. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

Pós-Graduação Departamento Fiscal e Administração Estratégica Tributária - Disciplinas	
	Carga Horária
Disciplinas	h/a
Princípios de Legislação Tributária e estrutura legal brasileira	10
Regimes e Opções tributárias	10



Regime de Tributação Simplificado - Simples Nacional	20
Retenções Tributárias na Fonte	20
Apuração, Escrituração e Análise do ISS	20
Apuração, Escrituração e Análise do PIS e COFINS	30
Apuração, Escrituração e Análise do ICMS	30
Apuração, Escrituração e Análise do IPI	10
Apuração, Escrituração e Análise do IRPJ e CSLL	30
Atendimento a fiscalização e a Gestão da Documentação Legal das Empresas	10
Declarações e Demonstrativos Eletrônicos	20
Análise e Controle de Cruzamento das Declarações Fiscais	10
Planejamento Tributário voltado para a Administração Estratégica	20
Otimização de Dados com uso do Microsoft Office 2010	20
Sistemas informatizados de departamento Fiscal	20
Noções de Contabilidade Tributária	20
Noções de Direito Tributário	20
Imposto de Renda da Pessoa Física e INSS	20
Contratos	10
Metodologia da Pesquisa - EAD	20
Carga Horária Total	370

VIII. COORDENAÇÃO

PROF. JOSÉ MIGUEL MARIA ALONSO FLORES RODRIGUES DA SILVA

Experiência acadêmica e profissional:

Mestre em Ciências Contábeis pela UERJ; Pós-graduado em Administração Financeira - FGV; Pós-graduado em Direito tributário UESA; Especialização em Fluxo de Caixa empresarial - FGV; Especialização em Orçamento Empresarial - FGV; Diversos cursos - IBMEC, trabalhos expostos em Congressos Nacionais e Internacionais, Consultor de empresas de renome Nacional e internacional; Professor Universitário e de pós graduação já tendo atuado na UERJ, IBMEC, IAG/PUC, Mackenzie/RJ e escola de Negócios Trevisan, Professor e Palestrante CRC/RJ, IBEF, OAB/ESA; Foi coordenador de pós-graduação da Escola de Negócios Trevisan; Sócio da JMR Contabilidade e Consultoria Tributária, Contador.



Telefone: (21) 99916-1083, E-mail: josemiguel@jmrconsultoria.com.br

Titulação: MESTRE

IX. CARGA HORÁRIA TOTAL

Curso Presencial. Em sala de aula (aulas expositivas): 370 horas/aula

X. PERÍODO e PERIODICIDADE

No curso proposto, as aulas têm duração aproximada de 18 meses, sendo **Horário das Aulas**; sábados de 8:30h às 18:30h.

XI. RELAÇÃO ENTRE O PERFIL ACADÊMICO/PROFISSIONAL DO DOCENTE E A DISCIPLINA QUE O MESMO MINISTRARÁ

Em decorrência do corpo de alunos ser constituído por profissionais que desempenham atividades diretamente relacionadas a temática do Curso, sendo o curso de cunho prático e teórico, o corpo docente é composto por profissionais de renome no mercado que possuem ampla experiência profissional e são donos ou executivos de escritórios de consultoria, Direito ou contabilidade, possuindo grau de especialista ou mestre, tendo em vista que, na atuação da prática de mercado, apesar de fundamental, nem sempre a titulação formal reflete a qualidade e o potencial docente. A relação entre a atuação profissional e a formação dos docentes e sua adequação para ministrar as disciplinas constantes da estrutura curricular é uma das prioridades do curso. Portanto, quase que a totalidade do corpo docente possui formação específica na área da disciplina que leciona.

XII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Princípios de Legislação e Regimes Tributários e estrutura legal brasileira

EMENTA:

Apresentação dos princípios constitucionais, regimes e opções tributários, juntamente com a hierarquia no sistema tributário brasileiro, visando fazer com que o aluno compreenda a importância do assunto e entenda a função de específica de cada um dos tipos de normativos brasileiros.



2. Regimes e Opções Tributárias

EMENTA:

Apresentação dos regimes e opções tributários, visando fazer com que o aluno compreenda a importância do assunto e entenda a função de específica de cada opção ou regime e as diferenças, bem como particularidades de cada uma.

3. Regime de Tributação Simplificado – Simples Nacional

EMENTA:

Entendimento do funcionamento prático e legal das empresas inseridas no sistema do SIMPLES NACIONAL. Será analisada a legislação vigente e a influência da anterior. Serão abordadas as possibilidades de enquadramento, a apuração, cálculos, obrigações acessórias e o entendimento das tabelas, limitações e exclusão.

4. Retenções Tributárias na Fonte

EMENTA:

Entendimento do funcionamento prático e legal das Retenções Tributárias na Fonte de IR, CSLL, PIS e COFINS. A abordagem analisa a legislação das empresas privadas e públicas, para uma compreensão das diferenças e semelhanças entre as regras das retenções das contribuições sociais e impostos.

5. Apuração, Escrituração e Análise do ISS

EMENTA:

Abordagem do ISS apresentando a estrutura básica e suas particularidades, com identificação dos serviços que possuem sua incidência, bem como, demonstrando os que não são alcançados. Faz parte dos objetivos, o cálculo e entendimento das práticas na sua apuração.

6. Apuração, Escrituração e Análise do PIS e COFINS



EMENTA:

Legislação sobre o assunto, bem como, a correta apuração e cumprimento legal. Apresentação das principais discussões litígios judiciais sobre o assunto. Apresentação e discussões teóricas e práticas sobre os métodos e regimes existentes.

7. Apuração, Escrituração e Análise do ICMS

EMENTA:

Legislação sobre o assunto, bem como, a correta apuração e cumprimento legal. Apresentação das principais discussões litígios judiciais sobre o assunto. Apresentação e discussões teóricas e práticas sobre os métodos e regimes existentes.

8. Apuração, Escrituração e Análise do IPI

EMENTA:

Legislação sobre o assunto, bem como, a correta apuração e cumprimento legal. Apresentação das principais discussões litígios judiciais sobre o assunto. Apresentação e discussões teóricas e práticas sobre os métodos e regimes existentes.

9. Apuração, Escrituração e Análise do IRPJ e CSLL

EMENTA:

Legislação sobre o assunto, bem como, a correta apuração e cumprimento legal. Apresentação das principais discussões litígios judiciais sobre o assunto. Apresentação e discussões teóricas e práticas sobre os métodos e regimes existentes.

10. Atendimento a fiscalização e a Gestão da Documentação Legal das Empresas

EMENTA:

Quais os dispositivos legais que afetam o atendimento a fiscalização. Como é o correto atendimento. Formalidade. O que é e como deve ser a impessoalidade. Prazos estabelecido e os pedindo dilações. Arquivando toda troca de documentação. Como se Justifica qualquer ausência de entrega de documentos. Como observar as necessidades do contribuinte. Respeitando a legalidade.

11. Declarações e Demonstrativos Eletrônicos

EMENTA:

Preenchimento das principais Declarações e Demonstrativos eletrônicos, os cuidados necessários e o confronto dos dados informados nas declarações. Dispositivos legais que afetam o preenchimento

12. Análise e Controle de Cruzamento das Declarações Fiscais

EMENTA:

Como decorre o cruzamentos de informações fiscais proveniente das declarações e demonstrativos fiscais. Cruzamento com as bases apuradas e com a escrita contábil.

13. Planejamento Tributário voltado para a Administração Estratégica

EMENTA:

Transmitir o conhecimento teórico e conceitual, bem como o prático em planejamento tributário. Identificação das opções e regimes tributários mais vantajosos para a empresa em análise. Compreensão e conhecimento da prevenção no planejamento tributário.

14. Prática em Microsoft Excel

EMENTA:

Capacitar o aluno na utilização dos recursos da planilha eletrônica do (Excel). Desenvolver as competências necessárias para a elaboração de planilhas. Utilização eficiente da planilha eletrônica para o mercado de trabalho.



15. Sistemas informatizados de departamento Fiscal

EMENTA:

Capacitar o aluno no entendimento da lógica de utilização de sistemas informatizados fiscais. Desenvolver as competências necessárias para a utilização de sistemas informatizados. Utilização eficiente do sistema informatizado para o mercado de trabalho.

16. Noções de Contabilidade Tributária

EMENTA:

Conhecimento da Contabilidade Tributária. Conhecer as normas tributárias que incidem de qualquer forma, sobre o patrimônio do contribuinte. Compreender a linguagem contábil no que tange a setor tributário em especial sobre o que é relevante na interpretação e aplicação das normas tributárias.

17. Noções de Direito Tributário

EMENTA:

Conhecimento do Direito Tributário. Capacitar os alunos para o conhecimento adequado, do ponto de vista teórico e no que se refere a metodologia jurídica adotada no direito tributário.

18. Imposto de Renda da Pessoa Física e INSS

EMENTA:

Capacitar os alunos ao entendimento do Imposto de Renda e INSS da Pessoa Física. Legislação sobre o assunto, bem como, a correta apuração e cumprimento legal. Apresentação das principais discussões litígios judiciais sobre o assunto. Apresentação e discussões teóricas e práticas sobre os métodos e regimes existentes.

19. Contratos



EMENTA:

Conhecimento dos principais fundamentos e instrumentos jurídicos e técnicos para a adequada e elaboração de contratos. Relevância da gestão dos contratos. Os mais relevantes princípios gerais e regras aplicáveis aos contratos previstos no novo Código Civil, e a interpretação e ratificação dos contratos pela jurisprudência nacional.

XIII. CORPO DOCENTE

- **JOSÉ MIGUEL MARIA ALONSO FLORES RODRIGUES DA SILVA – COORDENADOR ACADÊMICO – MESTRE EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS PELA UERJ**
- Professores, especialistas e mestres com experiência profissional e acadêmica relevante na área do curso e em consonância com os objetivos educacionais da Qualidade de Ensino Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio

Alberto Gonçalves
Daniel Ávila
Daniel Gudiño
Diogo Santesso
Felipe Dutra
Gilberto Alvarenga
José Miguel Rodrigues da Silva
Leonardo Santoro
Rose Marie Argolo de Bom

XIV. METODOLOGIA

O curso será executado por profissionais de ensino que também possuem experiência prática em escritórios e consultorias contábeis e do direito, sendo a proposta de trabalho desenvolvida com um misto de pesquisa e prática. Serão realizadas aulas expositivas, compostos por conteúdos teóricos e práticos (estudos de caso) utilizando recursos multimídia (Datashow e computadores) e outros recursos de auxiliem no desenvolvimento da aula como sistema informatizado. Os professores desenvolverão trabalhos individuais e em grupos para orientar os alunos na aplicação dos conhecimentos adquiridos em cada módulo, fazendo sempre a conexão entre teoria e prática e a tecnologia da informação, sendo o foco da monografia balizado em revisão bibliográfica e estudo de casos práticos nas áreas do curso.



XV. INTERDISCIPLINARIDADE

O curso é naturalmente interdisciplinar. A busca interdisciplinaridade cabe ressaltar, é um dos objetivos da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio. Na junção dessas duas áreas o curso proporciona uma total interdisciplinaridade de conceitos e técnicas capazes de habilitar os alunos a atuarem com desenvoltura nessas áreas.

XVI. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Inobstante não haver uma exigência de atividades complementares, os alunos são incentivados a participar de eventos da Faculdade (palestras e seminários), bem como em outras instituições. O curso contará com uma visita técnica por área (auditoria e controladoria),

XVII. TECNOLOGIA

O curso terá disponível recursos de audiovisual, tais como: Datashow, TV, vídeo, DVD, projetor multimídia, bem como material de apoio que será distribuído por meio eletrônico entre professores e alunos e/ou por grupo criado na internet com esse objetivo.

XVIII. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

O curso conta com salas de aula amplas, arejadas e bem estruturadas, com sistema de refrigeração central, com quadro-branco e carteiras estofadas e acolchoadas. Acesso livre às dependências da Biblioteca da Faculdade (inclusive sala de estudos individuais e em grupo), bem como aos Laboratórios de Informática da Instituição.

BIBLIOTECA: O acervo está em permanente complementação com a aquisição de novos títulos para atender à bibliografia básica das disciplinas, incluindo textos atualizados das diferentes disciplinas, obras de referência, bem como a assinatura de revistas científicas e programas online da área de Ciências Contábeis. A tipologia do material bibliográfico é a seguinte: Obras de referência (dicionários técnicos especializados, enciclopédias, glossários); Livros e manuais técnicos; Periódicos nacionais e estrangeiros; Produção intelectual; Normas técnicas; Catálogos técnicos e publicações seriadas.

LABORATÓRIOS: A comunidade acadêmica dispõe de 03 laboratórios de informática. Estão disponíveis os softwares, para apoio acadêmico e administrativo, todos devidamente registrados e licenciados, na forma da lei. Os



laboratórios assegurarão acessos diários, de 2ª a 6ª feira das 07h às 22h, para que os docentes e discentes tenham plenas condições de desenvolvimento de seus estudos, práticas investigativas, trabalhos, consultas e serviços e cursos de extensão.

XIX. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O pré-requisito essencial para a admissão nos cursos de Pós-graduação da FPMRIO é possuir diploma de graduação em qualquer curso superior. Adicionalmente é exigido um currículo atualizado como critério adicional de seleção, que será utilizado eventualmente em entrevista com o coordenador do curso no caso de procura superior à oferta de vagas. Ao matricular-se o aluno estará aceitando as normas estabelecidas pelo Regulamento Interno e Regulamentos da FPMRIO. Cada disciplina do curso terá sua avaliação própria. Caso o aluno seja reprovado em uma disciplina, por insuficiência de nota ou de presença, terá de repeti-la em um outro curso que venha a ser programado.

O encerramento das inscrições acontecerá no mínimo uma semana antes do início do Curso.

Documentação necessária: Currículo Vitae resumido, Cópias do RG, CPF e do Diploma ou Certificado de Conclusão e do Histórico Escolar da Graduação; Duas cartas de Recomendação de professores ou de profissionais ligados à área de atuação do candidato.

XX. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

A Coordenação do Curso entende avaliação como processo, diferente do julgamento e o medir sustentados pela concepção tradicionalista de educação, um convite/desafio, portanto, à mudança. Assim sendo, em seguida serão apresentadas as propostas de avaliação pedagógica e avaliação institucional que sustentam este curso.

Avaliação Pedagógica

As avaliações por disciplinas serão entendidas como processo, dando liberdade a cada professor de junto aos alunos estabelecer critérios de avaliação do conteúdo, utilizando principalmente uma ou mais de uma forma de avaliação, dentre as quais: provas, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, apresentação de seminários, artigos científicos e participação do aluno nas atividades acadêmicas.

Avaliação Institucional

Os alunos irão avaliar a composição e desempenho do corpo docente, em três momentos específicos, ou seja, no final da parte introdutória, no final da parte de



auditoria e no final do curso. Irão também avaliar a infra-estrutura física e o atendimento administrativo prestado pela instituição e pela Coordenação do Curso.

XXI. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

A frequência (75%) será considerada na conclusão de cada disciplina através do diário de classe. Será aprovado o aluno que, além da frequência mínima mencionada e que através das avaliações a que for submetido, obtenha nota igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina, bem como na monografia.

Mecanismo de Gestão e Avaliação:

- A verificação da aprendizagem escolar deve priorizar sua função constitutiva, isto é, diagnóstica, sempre na perspectiva de inclusão do aluno na direção de obter, cada vez mais, melhores resultados no processo de construção do seu aprender e do seu saber, entendido este processo enquanto ato que o sujeito exerce sobre si mesmo.
- Os graus poderão variar de 0 (zero) a 10 (dez), aceitando-se, apenas, aproximação de décimos, ou seja apenas de uma casa decimal. Havendo apenas uma avaliação individual, que deverá ser formal e documentada, esta será a Nota Final da disciplina/módulo.
- O aluno será considerado aprovado se:
 - Obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades acadêmicas de cada disciplina/módulo (critério de assiduidade); e
 - A nota final que expressar o aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem for igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina ou módulo e, inclusivamente, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no Projeto Final (PF) ou na Monografia (M) (critério de aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem).

XXII. TRABALHO DE CONCLUSÃO

Monografia Científica (TCC) em virtude da natureza eminentemente teórica.

A monografia será realizada pelo aluno sob a orientação de um professor qualificado e integrado ao corpo docente do curso.

A monografia só poderá ser realizada após a conclusão das diferentes disciplinas.

O tema da monografia deverá, necessariamente, estar relacionado às áreas do curso, sendo o orientador vinculado à área.

A orientação metodológica da monografia obedecerá às normas trabalhadas na disciplina Metodologia Científica, observando-se os critérios oficiais adotados.

A monografia será avaliada pelo professor orientador a partir de dois vetores principais: a atualização do tema no momento atual e a revisão bibliográfica de qualidade no desenvolvimento e apresentação do trabalho.

Após a conclusão da monografia pelo aluno, uma cópia ficará arquivada na Biblioteca devidamente registrada para ser consultada por todo o corpo discente dos diferentes cursos da instituição e de outras instituições, bem como pela comunidade em geral.

O TCC obedecerá ao estabelecido nas Instruções Normativas da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

XXIII. CERTIFICAÇÃO

De acordo com as exigências da legislação educacional (Resolução CNE/CES nº 1 de 03 de abril de 2001), o aluno deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso. Atendidos os requisitos do curso, será oferecido um Certificado de Pós-graduação *Lato Sensu* terão validade nacional, emitido pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.